



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 068/069

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE JUNHO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democrata		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PL	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Pérciles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 068

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 03

Presenças 03

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofício 04

Indicação 04

Requerimentos 04

Projetos de Lei 06

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto 09

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno 10

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 11

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 14

Discussão/Votação

Redação Final 14

2ª Discussão 14

1ª Discussão 15

Requerimentos 18

Encerramento da Sessão 18

DIÁRIO Nº 069

64ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 19

Presenças 19

Abertura da Sessão 19

Expediente:

Designações 19

Requerimentos 20

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

1ª Discussão 20

Requerimentos 22

Explicações Pessoais:

Dep. Edgar Bueno 22

Encerramento da Sessão 23

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 068

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão03

Expediente:

Ofício.....04

Indicação04

Requerimentos.....04

Projetos de Lei.....06

Horário das Lideranças:

Liderança do PTB

Dep. Jocelito Canto.....09

Liderança do PDT

Dep. Edgar Bueno.....10

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 11

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício..... 13

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 14

Discussão/Votação

Redação Final..... 14

2ª Discussão 14

1ª Discussão 15

Requerimentos..... 18

Encerramento da Sessão 18

DIÁRIO Nº 068

63ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 63ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

20 DE JUNHO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da

Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Edson Strapasson, Elio Rusch e Mamede (03).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Ademair Traiano, Caíto Quintana, Durval Amaral, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Plauto Miró, Ribas Carli Filho e Valdir Rossoni (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofício

Sob o nº 026/07/COP/DOP do Sr. Luiz Forte Neto - Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, em resposta ao pedido de informação, requerido pelo Deputado Jocelito Canto, que pede esclarecimentos sobre as obras de construção do Hospital Regional de Ponta Grossa. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 170/07

SÚMULA:

Solicita a restauração da ligação rodoviária entre os município de Santa Isabel do Ivaí e Douradina.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, para solicitar a restauração da ligação rodoviária entre os município de Santa Isabel do Ivaí e Douradina.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Por muitos anos, os municípios de Santa Isazel do Ivaí, através do seu distrito de São José do Ivaí, eram interligados por rodovia em leito natural, apresentando tráfego de relativa intensidade, comportando até linha de ônibus servida pelo Expresso Fátima.

A transposição do rio Ivaí era feita por balsa com razoável movimento e empregando gente.

Questões ambientais - prejuízo da mata ciliar à margem esquerda do Ivaí, lado de Douradina e interesses particulares interromperam de há muito, aquele trajeto. No entanto, existe a alternativa da sua restauração, bastando a readequação dos antigos leitos e evitando o uso do percurso que cortava a mata ciliar, atingindo diretamente o Ramal 30.

O distrito de São José do Ivaí, embora a sua importância no contexto sócio-econômico do estado como o seu 2º maior produtor de arroz, grande produtor de abacaxi - o maior do sul do Brasil, mais café, gado, mandioca, é penalizado como "fim de linha".

Sr. Secretário: o atendimento ao nosso pleito pretende reativar o acesso de Santa Isabel do Ivaí às regiões de Umuarama, de Guaíra, e o acesso ao Mato Grosso do Sul através da ponte de Doutor Camargo, em Icaraíma, e

representa o reconhecimento do estado à gente laboriosa da região objeto do nosso documento.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1772

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 21 de junho (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interesse.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1763

Senhor Presidente:

O Vice-Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após aprovação do douto Plenário, REQUER, seja enviado à Câmara dos Deputados, o apoio da Bancada do PT do Paraná, à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 6259/05, de autoria dos Deputados Inácio Arruda e Daniel Almeida (PCdoB), que dispõe sobre isonomia salarial, benefícios e vantagens dos empregados do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, entre outros, ingressos a partir das Resoluções nº 009/95 e nº 010/96, do Conselho de Coordenação e Controle das Estatais.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1762

Senhor Presidente:

O Vice-Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após aprovação do douto Plenário, REQUER, seja enviada a presente mensagem ao Exmo. Governador do Estado, Sr. Roberto Requião, requerendo a melhoria da qualidade no atendimento e serviços prestados pelos bancos públicos no Paraná, sendo para isso, necessária a contratação dos novos empregados aprovados em concurso público; que não haja mais terceirização como forma de contratação no setor financeiro; o fim do assédio moral e do constrangimento a representantes dos trabalhadores e a implantação de um Plano de Cargos e Salários que preserve os princípios estabelecidos pelo Código de Ética, com justiça e valorização do trabalho.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Em atendimento ao Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, a Bancada do PT encaminha este requerimento ao Governador, reivindicando demandas dos trabalhadores do setor bancário.

REQUERIMENTO Nº 1767

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder Legislativo, Sr. Alan Castelo Branco Gradowski.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) CIDA BORHETTI

REQUERIMENTO Nº 1768

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Tuneiras do Oeste, pela passagem, no próximo dia 08 de julho, de seus 46 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Walter Luiz Liger, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Jean Carlos Sartori Skiba, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Tuneiras do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É muito importante reconhecer e prestar homenagem às pessoas que contribuíram e continuam dando sua parcela de contribuição para o completo desenvolvimento do município. Razão pela qual queremos, na significativa data de 08 de julho, quando o município de Tuneiras do Oeste comemora seus 46 anos de emancipação política, transmitir, através desta proposição, às autoridades e ao povo em geral, nossos votos de sucesso na caminhada rumo ao progresso.

A aliança entre planejamento e reconhecimento, ao desenvolvimento do município, está sendo implantado com harmonia excelente entre o Sr. Prefeito Municipal e os Srs. Vereadores.

É sabido que a célula-mater da nação está no município. Se a célula se estiola e fenece, o organismo todo enfraquece.

Boas estradas, saúde e crédito para os que trabalham e produzem, eis o trinômio em que se deve alicerçar todo e qualquer programa de um bom administrador. Isto é o que vem acontecendo na Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste que, sob a administração segura e competente do Prefeito Sr. Walter Luiz Liger e sua valerosa equipe de trabalho, estão desempenhando plenamente os objetivos propostos.

REQUERIMENTO Nº 1769

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da

Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Flórida, pela comemoração, no próximo dia 25 de julho, de seu 47º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Exma. Sra. Maria Aparecida Pirani Leoni, Prefeita Municipal; ao Vice-Prefeito, Sr. Afonso Dalago, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Flórida.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, presta sua homenagem de gratidão e reconhecimento às autoridades constituídas do município de Flórida, bem como a população em geral, pela comemoração, no próximo dia 25 de julho, do seu 47º aniversário de emancipação política.

As conquistas alcançadas pelo município, em parceria como Governo Estadual, dão provas de que é com muito trabalho e dedicação que se conseguirá cumprir tudo o que foi proposto.

Os Poderes Executivo e Legislativo trabalham unidos pelo desenvolvimento do município, que é privilegiado sob a administração segura da Sra. Prefeita Maria Aparecida e sua eficiente equipe de trabalho.

Com esta proposição, parabenizamos todos aqueles que continuam prestando sua colaboração para os progressos do município de Flórida.

REQUERIMENTO Nº 1771

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Floráí, pela realização da 18ª Festa das Nações daquele município.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Edson Luiz Ratti, DD. Prefeito Municipal; ao Sr. Mariano D. Tessarolo Sanches, DD. Vice-Prefeito Municipal e ao Sr. Clesio Herradon de Souza, DD. Presidente da Câmara Municipal, bem como os organizadores, Sr. Clésio Herradon de Souza, Coordenador Geral da Festa das Nações; Sras. Maria Izabel Altrão Ratti e Márcia Ricobello Sanches Tessarolo, Coordenadoras do PROVOPAR, Srs. e Sras. Maria Amália, Valdemir Pereira, Fátima dos Santos Ratti, Ivo Francisco da Silva, Geraldo Genoveis e Kasioshi Kititsu, Coordenadores das Barracas.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 07 do corrente, realizou-se em Floráí a 18ª Festa das Nações de Floráí.

Foi um dia de gala aquele dia que foi comemorada a mencionada festa.

Arrancar almas do bem comum, iluminar os espíritos imersos, semear as consciências, o amor à virtude e ao trabalho foi seguramente um programa de apostolado dos mais elevados a que o povo de Florai realizou com muito carinho e admiração. O que a grande festa significa, ressaltou todo o cuidado com que foi organizado, o programa e suas atividades.

A todos os organizadores, os nossos aplausos por aquela iniciativa feliz de 18 anos, e os votos de muito progresso incessante à qual sempre deverão dedicar seus esforços.

REQUERIMENTO Nº 1757

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor à Academia Barro Preto pelos excelentes cursos na área de Bombeiro Industrial, Primeiros Socorros, Salvamento Vertical, Operações de Salvamento e Resgate e Salvamento. A Academia de Barro Preto, administrada pelo Tenente do CB Moreira, é a mais conceituada instituição de ensino do estado do Paraná na formação de profissionais que prestam a mais nobre das tarefas humanas: salvar o seu semelhante.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada ao homenageado.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) RUI HARA

REQUERIMENTO Nº 1765

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Valdir Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento e Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, solicitando a inclusão dos rios Bandeirantes, Pirapó e Ivaí, no Programa de Repovoamento dos rios do Governo do Estado. A proposta é de 50 mil alevinos juvenis para a solta prevista para o Dia do Rio, no próximo mês de novembro.

A solicitação é feita pelos municípios da região, cuja população está preocupada com as futuras gerações, como equilíbrio ecológico e o meio ambiente.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1766

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário de Estado dos Transportes e Diretor-Geral do DER, solicitando estudos no sentido de recuperar ou recapear a rodovia PR-463, no trecho entre Nova Esperança e Santo Inácio.

Há vários anos, os municípios acima citados que são dependentes da rodovia PR-463, estão sentindo as dificuldades de uma rodovia que se encontra em precárias condições de tráfego, devido a má conservação por parte do Governo Estadual, causando grandes prejuízos ao estado devido às perdas de grãos no decorrer do escoamento das safras, e a perda irreparável de vidas humanas que são vítimas fatais de acidentes que ali tem ocorrido e cujos acidentes têm aumentado nos últimos anos.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1759

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER à Mesa o envio de pedido de informações ao Secretário de Estado dos Transportes, sobre o projeto da construção da hidrovía do rio Ivaí.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O projeto pretende a navegabilidade do rio Ivaí entre o Porto Camargo, no município de Icaraíma e o município de Doutor Camargo.

A ponte Governador Antonio Anibelli, entre Santa Mônica e Tapira, inaugurada ainda no ano passado, foi projetada para atender aspectos técnicos da empreitada, apresentando altura suficiente para permitir a passagem de barcos e navios de pequeno porte para transporte de cargas e passageiros. Executado, possibilitará a integração através do sistema rios Paraná/Tietê com os estados do Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, numa extensão de 237 quilômetros e com custo aproximado de US\$ 240 milhões.

O objetivo do pedido em questão é para a obtenção de elementos para subsidiar ações futuras desta Casa, com vistas à continuidade da execução do projeto para navegabilidade do rio Ivaí.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 456/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual obrigado a cassar a eficácia da inscrição, no Cadastro de Contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação

de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, do estabelecimento que adquirir, distribuir, transportar, estocar ou revender produtos oriundos de cargas roubadas.

Art. 2º A falta de regularidade da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS inabilita o estabelecimento à prática de operações relativas à circulação de mercadorias e de prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 3º O Poder Executivo divulgará, através do Diário Oficial do Estado do Paraná, a relação dos estabelecimentos comerciais penalizados com base no disposto nesta lei, fazendo constar os respectivos Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e endereços de funcionamento.

Art. 4º Com a cassação da inscrição estadual ficam vedadas:

I - a restituição ou autorização para o aproveitamento como crédito fiscal do valor do imposto que tiver sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário;

II - a restituição ou autorização para aproveitamento de saldo de crédito existente na data do encerramento das atividades de qualquer estabelecimento;

III - a transferência de saldo de crédito de um estabelecimento para outro;

IV - a restituição ou amortização para aproveitamento como crédito fiscal do valor do imposto pago a maior, no regime de substituição tributária com centralização de cobrança, que resultar como crédito de revenda de produtos provenientes de cargas roubadas, conforme definida em legislação federal.

Art. 5º O Poder Executivo Estadual, no uso de sua competência exclusiva, regulamentará a presente lei, permitindo a eficácia de seus dispositivos voltados ao combate sistêmico ao roubo de cargas.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

É dever do estado, oriundo da Constituição Federal, o bem-estar social, bem como a prestação de serviços da melhor maneira possível à população.

Primeiramente, vale justificar que incumbe ao Poder Legislativo o dever e a legitimidade para propor o presente projeto de lei com base na Constituição Estadual e Federal.

A defesa dos direitos dos cidadãos do estado. É justamente nesse sentido que este projeto é apresentado, ou seja, tenta-se coibir esta prática cada vez mais utili-

zada que é a receptação de cargas roubadas e o seu ingresso ao mercado pelas mais variadas formas.

Inúmeras reclamações nos chegam diariamente dando notícias desta natureza e nossa obrigação nos impele a agirmos de forma rígida e eficaz.

Quando comprovada a prática da aquisição, distribuição, transporte, estocagem ou revenda de produtos oriundos de cargas roubadas, o estado deverá intervir impondo as mais variadas formas de reações punitivas. A certeza da impunidade esta permeada na sociedade e a aprovação desta lei, por certo, servirá como elemento desestimulador da prática delituosa. A ostensividade de nossas ações deve ser levada a patamares mais elevados.

Compete a nós, Deputados, a função de fazer com que os direitos da população sejam respeitados e que os delitos sejam exemplarmente punidos.

Portanto, vale dizer que uma lei estadual no sentido do presente projeto visa oferecer uma maior segurança aos cidadãos paranaenses, bem como que os mesmos tenham seus interesses, como coletividade, atendidos, dando assim legitimidade de atuação ao Poder Executivo, fiscalizado por esta Casa de Leis.

Com vista ao exposto, vimos solicitar aos nobres colegas, o devido apoio e aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 457/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Rede de Combate ao Câncer, Regional de Astorga, com sede e foro no município de Astorga.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

A Rede Feminina de Combate ao Câncer de Astorga, agora denominada Rede Feminina, é unidade representativa do voluntariado, de sócio-assistencial e educacional, com sede e foro na cidade de Astorga, estado do Paraná. Está sediada a R. 21 de abril, nº 38, com atuação em todo o território do município de Astorga-PR, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração e é regida por estatutos próprios, conforme registro no Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício e Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Astorga, e trata dos serviços em regime de voluntariado, sem remuneração e demais normas que lhe são aplicáveis. A não remuneração da sua diretoria, consta no artigo 1º, parágrafo 3º dos estatutos.

Foi fundada em 05 de outubro de 2001, sob a denominação de Rede Feminina de Combate ao Câncer de Astorga, denominação esta alterada em Assembléia

Geral Extraordinária do dia 18 de julho de 2006, para Rede de Combate ao Câncer, Regional de Astorga.

Está devidamente registrada como lei de utilidade pública municipal, conforme a lei nº 1642/03E, e no Conselho Municipal de Assistência Social sob o nº 007/04, com validade até agosto de 2008, conforme atestado de registro expedido em 08 de agosto de 2006.

Suas finalidades estatutárias são: 1) campo educacional, 2) campo assistencial, 3) campo sócio-cultural e 4) regional, visando as articulações político-institucionais.

Por essas razões, buscamos o apoio dos demais Parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 458/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a implantar, na rede hospitalar pública estadual, inclusive nas unidades que atendem servidores civis e militares, Programa de Prevenção e Tratamento da Anorexia, Bulimia e Transtornos Alimentares.

Art. 2º Para implantação do Programa, poderá o Poder Executivo destinar locais específicos com condições técnicas e instalações físicas com disponibilidade para internações hospitalares, atendimento ambulatorial especializado e assistência aos pacientes e seus familiares.

Parágrafo Único. O atendimento aos pacientes e às famílias dos mesmos se dará por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais da saúde habilitados para o tratamento dos transtornos em questão.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei por ato próprio.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Os transtornos alimentares constituem uma verdadeira "epidemia" que assola sociedades industrializadas e desenvolvidas, acometendo, sobretudo, adolescentes e adultos jovens. Quais serão os sintomas dessa epidemia emocional? De um modo geral, o pensamento falho e doentio das pessoas portadores dessas patologias se caracteriza por uma obsessão pela perfeição do corpo. Na realidade, trata-se de uma "epidemia de culto ao corpo".

Essa "epidemia" se multiplica numa população patologicamente preocupada com a perfeição do corpo e que está sendo afetada por alterações psíquicas caracterizadas por distúrbios na representação pessoal do esquema corporal.

Os transtornos alimentares vêm aumentando sua incidência perigosamente e já começa a alarmar especia-

listas médicos, sociólogos e autoridades sanitárias. Essa busca obsessiva da perfeição do corpo tem várias formas de se manifestar e, algumas delas, diferem notavelmente entre si.

Existem os transtornos alimentares mais tradicionais, que são a anorexia e a bulimia nervosas mas, não obstante, existem outros que se estimulam e desenvolvem na denominada cultura do esbelto, como a vigorexia, que acomete mais os homens, em uma busca incessante pelo aumento da massa muscular corporal e a ortorexia.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto de lei em tela, que temos certeza, trará enormes benefícios à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 459/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído todos os dias 20 de junho, como o Dia da Superação do Analfabetismo no estado do Paraná.

Art. 2º A todos os municípios do estado do Paraná, que se inscreverem no Programa Paraná Alfabetizado e conseguirem superar no município todas as dificuldades, receberão no final do ano um prêmio oferecido pela Assembléia Legislativa.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Das tantas dívidas sociais que não se pagam aos paranaenses, o analfabetismo talvez seja a maior delas.

Negar às pessoas jovens ou adultas a ciência da leitura e da escrita é cruel e brutal.

Abrir e conservar escolas é fechar prisões.

Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da apresentação deste projeto de lei.

A pessoa moderna não dispensa os conhecimentos que só a escola ministra. E não só os conhecimentos como a educação que ela proporciona.

É na escola que a criança ou o adulto recebe os primeiros instrumentos que a habilitarão a lutar pela existência.

A ignorância é um ergástulo em que a alma se estiola e embrutece.

É indeclinável dever honrar aqueles que, por seus méritos, fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes.

Esta é a razão que pretendemos instituir o dia 20 de junho como o Dia da Superação do Analfabetismo em todo estado paranaense.

Como é possível aceitar que em uma sociedade como a que vivemos, de tão fantásticos avanços tecnoló-

gicos, científicos e culturais, ainda restam irmãos nossos que não tenham acesso à leitura e à escrita? Das tantas tristezas que a exclusão provoca, o analfabetismo é certamente uma das mais sentidas.

Com a aprovação deste projeto de lei, no Paraná, isto vai acabar. O nosso compromisso é superar a condição indigna provocada pelo analfabetismo.

Já avançamos muito. O Programa Paraná Alfabetizado, da nossa Secretaria de Estado da Educação, é visto hoje como referência para o país. Mas é preciso avançar ainda mais, e o limite do avanço é a superação do analfabetismo em nosso estado.

Esperamos de todos os colegas e as colegas deste Parlamento a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Hão há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

O Grande Expediente estava requerido pelo Deputado Péricles de Mello para explanação sobre a educação superior pública do Paraná, mas de comum acordo, foi transferida para uma data posterior.

Horário das Lideranças:

Passamos ao Horário das Lideranças.

No horário do PTB, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os funcionários da saúde estão dizendo que eles vão trabalhar e não recebem e alguns Deputados aqui não comparecem ao plenário. Claro que tem alguns trabalhando em Brasília, hoje...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

V. Exa. sabe que, hoje, tem mais de 15 Deputados em Brasília, que foram em companhia do Governador Requião, independente de partidos políticos, reivindicar ao Presidente Lula que acabe com a multa de 10 milhões por mês, que já passa de 200 milhões, para que o Paraná volte a poder atender os nossos funcionários e tocar as nossas obras.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sim, Sr. Presidente, mas a Assembléia é constituída de 54 Deputados. V. Exa. sabe disso também.

Sr. Presidente, o duro dessas faltas - e eu não vejo o Deputado Belinati, que tem reclamado também - é que depois a imprensa coloca que os Deputados não compareceram e não diz quem não veio. Claro que temos que respeitar os que estão trabalhando lá em Brasília e é louvável essa comissão que foi a Brasília tentar resolver um problema que envolve uma ladroagem neste estado, que

não deu nada até agora, que "meteram a mão" e até agora não deu absolutamente nada. Venderam o banco, roubaram à vontade, não deu nada e, agora, tem uma multa para pagar, daí o estado não tem direito para fazer obras.

O que eu quero falar, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que eu estava assistindo à Rede Globo, meio-dia, e eu não poderia me calar aqui diante do que eu vi. Deputado Péricles, eu vi, durante o meio-dia, um movimento em frente ao Palácio Iguaçu, feito por pessoas que não estão recebendo remédio, que são os transplantados que vieram à porta do Palácio, hoje, num protesto pela falta de medicamentos.

Agora, há pouco, vim ouvindo a CBN e ouvi uma entrevista do Secretário Cláudio Xavier. Ele esteve aqui na Assembléia, veio enrolar os Deputados como sempre faz. Quero deixar bem claro isso, Sr. Presidente, porque eu nem vim participar dessa reunião porque não acredito no Cláudio Xavier. Nada Pessoal contra a figura do cidadão Cláudio Xavier, mas eu não acredito no Secretário Cláudio Xavier. pessoal contra ele não há nada, como ser humano, mas há como Secretário. Como Secretário não acredito nele. Acho que ele promete e não cumpre e acho que o que está acontecendo aqui, Sr. Presidente, com esses transplantados, é um absurdo.

Eu vi, hoje, uma senhora de Pirai do Sul e seu marido, aqui na porta do Palácio. Pirai do Sul é da minha base, da região dos campos gerais. Por isso, não posso ficar quieto quando estou vendo pessoas que vão morrer, porque uma pessoa que está transplantada, se não tomar o remédio vai morrer, se não tomar o remédio para ajudar a receber aquele órgão ela vai morrer.

Então, chega de papo furado, Sr. Presidente. O Cláudio Xavier tem que parar de conversa fiada. Agora inventaram que tem uma máfia de fazer negócio de remédio. Manda prender os ladrões! Começa prendendo aqueles que estão por aí e andam assaltando a saúde, agora diz que tem uma máfia, descobriram que tem uma máfia. Isso aí é papo-furado, isso aí é conversa para boi dormir, que descobriram uma máfia na compra de remédio, não sei o quê. O que é isso?

Estamos vendo aqui, tinha uma criancinha de 7 anos, 6 anos, nós temos os nossos filhos, uma criancinha transplantada aqui na porta do Palácio Iguaçu, isso é o cúmulo da vergonha para a Secretaria de Estado da Saúde, é a vergonha do Paraná um Secretário que só vem fazer discurso aqui, veio hoje na Comissão de Saúde e só conversou fiado, não apresentou uma solução. Qual é a solução que apresentou? A solução está ali na porta do palácio, a Rede Globo mostrou ao meio-dia, hoje, famílias do Paraná inteiro que não têm remédios, remédios de transplante, a pessoa transplantada que não tomar o remédio, naturalmente tem a tendência de ir a óbito. Então, eu vi uma criancinha hoje, ali, pequerruchinha, uma criancinha ter que vir para a porta do palácio pedir só o que é direito.

Deputado Dobrandino, queria dizer a V. Exa. que é do Governo do Estado, isso aí também é culpa do

Governo Federal. Não podemos ficar quietos quando vemos pessoas da nossa região passando necessidade, pessoas sem remédio, condenadas a esperar a hora da morte. E aí vejo o Secretário falar em quadrilha que está vendendo remédio. Vai prender o Juiz que fez isso se for o caso, vai prender quem tiver que prender, mas não vai deixar de dar remédio para essas crianças que estavam aqui na porta do palácio, hoje, pessoas que estão sofrendo e que não sabem quando vão receber o remédio. Isso é uma vergonha! Não posso me calar e não vou ficar quieto, não, Sr. Presidente, eu vou falar o que tem que falar, alguém tem que tomar uma providência, vamos parar de brincar com as pessoas, não tem remédio nesses postos, vamos cobrar do Governo Federal, e se a culpa é do Governo Federal, o Governo do Paraná é aliado do Governo Federal, o Governo do Estado do Paraná é aliado com o PT aqui, os Deputados do PT são aliados do Governador, o Governador é aliado deles, o PT também tem seus compromissos em Brasília.

Então, o que não podemos, Sr. Presidente, é ver pessoas aqui na porta do palácio, transplantadas, esperando a hora de morte porque não têm remédio. Chega de conversa fiada! Não quero aqui atacar pessoalmente ninguém, quero apenas cobrar o direito que é dessas famílias, que é dessas crianças. Eu vi a reportagem, hoje, e também vi a entrevista do Secretário na Rádio CBN, agora. Eu ouvi os 2 lados: primeiro ouvi a cobrança das famílias aqui, hoje, ao meio-dia, e depois eu ouvi o Secretário dizendo que é uma máfia, que é uma quadrilha, que eles vão ver o que vão fazer, que vão chamar a Polícia Federal. Chamem o Papa se quiserem, mas resolvam o problema da saúde, dessas crianças que estão passando dificuldade. E se tem alguém roubando, manda prender, manda a polícia investigar, manda prender alguns outros ladrões que estão tomando dinheiro que poderia ser aplicado em outros lugares e não é.

Então, queria deixar esse desabafo aqui, Sr. Presidente, porque lá na nossa região também tem pessoas esperando a oportunidade de receber um remédio, é todo dia reclamação que não tem remédio, e não podemos nos calar, porque chega época de eleição, daí quem vai pedir voto somos nós, aí passada a eleição, quem leva as bordoadas somos nós. Então, nós, como representantes desse povo, temos que cobrar, e eu quero cobrar do Governo, do Secretário Cláudio Xavier, Dr. Cláudio Xavier: chega de papo-furado! Nada pessoal contra a pessoa do Cláudio Xavier, mas contra aquilo que determinamos que é o remédio que está faltando! Se morrer alguém, quem vai ser o responsável? Fica essa pergunta, e peça ao Secretário que tome providências, chega de conversa, vamos agir!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Horário da Liderança do PDT, Deputado Edgar Bueno com a palavra.

Liderança do PDT: Deputado Edgar Bueno

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Antes de me pronunciar aqui sobre o 3º ano, Belinati, do falecimento do velho Leonel Brizola, quero fazer uma homenagem especial a esta equipe grande que veio de Ponta Grossa, agradecer pela presença, agradecer por vir conhecer a Assembléia Legislativa. Quase os recepcionei ao meio-dia, em nome do Jocelito Canto, do Péricles de Mello, do Marcelo Rangel que está em Brasília, do Plauto Miró que também está em Brasília, que muito bem representam nesta Casa a cidade de Ponta Grossa e da região. Os meus agradecimentos pela presença de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Deputado Edgar Bueno, esta Presidência também quer se congratular com os alunos do curso Técnico em Secretariado do Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa, com as professoras responsáveis Marinete de Fátima e Sílvia.

Esta presidência sente-se orgulhosa em ver todos os presentes nesta Casa de Leis.

V. Exa. tem a palavra novamente.

O SR. EDGAR BUENO (PDT)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Nessa quinta-feira, dia 21, completam-se 3 anos da morte do nosso grande Líder Leonel Brizola, que foi Deputado Estadual na sua juventude, depois Deputado Federal, Prefeito de Porto Alegre, Governador do Rio Grande do Sul, exilado político por duas vezes e por duas vezes Governador do Rio de Janeiro.

Presidente-Fundador do PDT, Brizola nos deixou enorme saudade. Sua morte comoveu o povo e representou grande perda para o Brasil tão carente de Líderes autênticos que expressam reais sentimentos de nacionalidade.

A Câmara dos Deputados presta amanhã a sua homenagem a Leonel Brizola, às 10 horas, em Sessão Especial requerida pelo Deputado Federal Vieira da Cunha, do PDT gaúcho. Também no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, em diversos outros estados, os pedetistas farão homenagem, especialmente em São Borja, cidade que é considerada o berço do trabalhismo porque lá repousam além de Brizola, sua esposa Neuza Goulart Brizola, e os ex-Presidentes Getúlio Vargas e João Goulart.

De todas as realizações de Leonel Brizola, sem dúvida, a mais marcante foi a defesa na educação como causa da salvação nacional. Deixou grandes exemplos nessa área, implantando 6 mil 300 escolas no Rio Grande do Sul e 500 CIEPs no Rio de Janeiro. A educação integral passou a ser difundida e valorizada no país a partir

desse seu último feito, que realizou com o antropólogo e educador, Darci Ribeiro, também de saudosa memória.

Brizola tinha um carinho especial pelo Paraná, estado que o acolheu em 1979 na cidade de Foz do Iguaçu, no seu retorno do mais longo exílio sofrido por um brasileiro, outorgando-lhe o título de Cidadão Honorário em cerimônia realizada aqui na Assembléia Legislativa, alguns anos mais tarde.

Era o registro que eu tinha a fazer, Sr. Presidente, deixar nos Anais desta Casa, o nome perpetuado de um homem, de um brasileiro de grandes conquistas. Se olharmos sua trajetória política, percebemos a capacidade e o respeito que ele tinha do povo da sua cidade, do seu estado e porque não dizer do povo brasileiro. Infelizmente, se foi. E nós podemos apenas deixar esse registro como uma bela memória de um cidadão exemplo para todos nós brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência também se associa ao Líder do PDT. Tive o prazer de conhecer Leonel Brizola, João Goulart, esses homens que foram o esteio do Rio Grande do Sul e deram exemplo de democracia a todos os brasileiros.

Horário das Lideranças, PSDB, Democratas, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, nobres visitantes,

Uso a tribuna para, além de saudar os companheiros da saúde que aqui estão, fazer um brevíssimo relato do que foi hoje de manhã a Audiência Pública realizada pela Comissão de Saúde e que estiveram presentes diversos Deputados. Acredito que avançamos em alguns pontos, apesar de haver, obviamente, uma série de questões que não ficaram resolvidas, mas avançamos principalmente porque saímos da reunião de hoje - e o senhor estava lá e ouviu - com o compromisso assumido pelo Sr. Secretário de até julho termos resolvido o problema que hoje diz respeito às pessoas que precisam de medicamentos e que não os encontram regularmente.

Então, este foi um compromisso assumido e que me parece que é um saldo positivo desta Audiência Pública. Também o Secretário afirmou que teremos, até o final do ano, o concurso público que aguardamos e por diversas vezes cobramos aqui, desta tribuna, o concurso público para suprir vagas que hoje estão em aberto por aposentadoria ou mesmo por exoneração de funcionários e inclusive pela possibilidade de termos novos hospitais construídos até o final deste ano.

Também o que mais me chamou a atenção, embora tivéssemos tido uma discussão que acho que fica muitas vezes num outro plano, porque fica muito genérica, é com relação à Emenda Constitucional nº 029, mas o que me prende mais neste momento, neste debate, é com relação especificamente à jornada dos trabalhadores da saúde.

Questionamos o Secretário a respeito daqueles trabalhadores que têm jornada específica, por lei, como é o caso dos farmacêuticos, médicos, dentistas, pessoas que estão ligadas a outras áreas, e também com relação aos descontos realizados nas folhas de trabalhadores que estão - e eu já havia dito isto - que estão neste momento prestando serviços ao sindicato da categoria, que portanto são dirigentes liberados e que tiveram suas folhas de pagamento deste último mês zeradas.

Surpreendentemente, pelo menos para mim o Secretário afirmou que não conhecia - Deputado Pugliesi, naquele momento o senhor não estava ainda em Plenário da CCJ - não conhecia a situação destes dirigentes sindicais. Ele nos afirmou que não sabia que havia sido feito o desconto para alguns dirigentes sindicais. Afirmou, inclusive, e para mim isto também é surpresa, porque o Dr. Gilberto esteve conosco há 10 dias atrás, numa Audiência Pública, e foi dito a ele que estes descontos haviam ocorrido.

Entretanto, discuto menos o método e mais o resultado. Pelo menos o que nos afirmou hoje o Secretário é que estas pessoas terão - Deputado Pugliesi, como o senhor é Líder do PMDB, não estou absolutamente questionando o senhor, mas só para que o senhor saiba, porque não foi possível conversarmos depois - hoje o Secretário afirmou que as folhas dos funcionários que são dirigentes sindicais e que foram zeradas, estão estes descontos a partir de hoje suspensos e estes valores serão recompostos na folha. E o senhor, falo isto para o senhor, porque o senhor foi um dos que defendeu aqui desta tribuna que era contrário aos descontos, porque não teriam sentido. E eu concordo que não tem sentido descontarmos daqueles que têm mandato e que são liberados, fazermos o desconto como se eles não tivessem trabalhado. O Deputado Dobrandino estava lá, também, e acompanhou.

Então, a partir da semana que vem nós vamos cobrar, não só o Deputado Tadeu Veneri, mas todos os Deputados que lá estiveram, o Deputado Dobrandino, o Deputado Teruo, que estiveram na Sessão de hoje, para que de fato seja feita esta reversão. E espero que seja um primeiro passo para podermos pacificar as relações, que estão hoje bastante tensas dentro do espaço da Secretaria da Saúde e criarmos, a partir da Assembléia Legislativa, um projeto de lei que possa vir ao encontro das aspirações dos servidores e contemplar parte daqueles servidores que têm jornada específica e daqueles que não têm. Mas disse, hoje, aqui, o Deputado que é de Maringá e que também é médico, que é contra jornada acima das 30

horas. Espero que tenhamos começado a abrir, ainda que não formalmente, um diálogo.

A partir da semana que vem estaremos fazendo um debate. Deputado Reni, o senhor ontem estava aqui, mas solicitamos aos Deputados Curi e Romanelli e ao Presidente desta Casa que pudesse conversar com o governador Roberto Requião, durante essa viagem que está sendo feita a Brasília, no dia de ontem e o retorno para hoje, para termos apontada uma solução na questão da saúde. Caso seja possível isto, teremos certamente o encaminhamento de um projeto ou de um processo que contemple esses trabalhadores nas próximas semanas, nos próximos dias e nos próximos meses. Caso não seja possível, faremos um debate aqui, como foi dito nas outras vezes, para retomarmos o debate a respeito da jornada de 30 horas, por lei estadual, de iniciativa desta Assembléia Legislativa.

Para isso, vamos buscar a assinatura de todos os Deputados, porque esse não é um projeto de um Deputado, nem de um partido, nem de Situação e nem de Oposição - dissemos várias vezes isso - esse projeto interessa toda a sociedade, Deputado Rui Hara, que é médico e estava hoje de manhã. Esteve também da mesma forma o Dr. Batista, que afirmou que é contra a jornada acima de 30 horas e tem manifestado essa posição.

Vou fazer um apelo para que todos nós, que estamos na área da saúde ou não, mas que estamos preocupados com a situação, que possamos, a partir da semana que vem, começarmos a buscar uma solução para termos definitivamente resolvido, esse que tem se transformado em um problema, em todos os meses para os trabalhadores da saúde.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Partido Progressista: concedo a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Anibelli, Deputadas Cida Borghetti, Luciana Rafagnin, Beti, colegas Deputados, apenas para lembrar o que uma parte do Brasil já sabe, que o Presidente Lula, em uma valorização de seus Assessores comissionados, generosamente, aumentou o salário dos comissionados, um aumento que pode chegar perto de 138%, quase 140%, nos salários de funcionários e funcionárias.

Faço esse lembrete para lembrar que, aqui no Paraná, a Assembléia Legislativa, de maneira estranha, esquisita, votou um projeto sem nexo, que dá e não dá ao mesmo tempo o aumento de salário ao funcionalismo. O

aumento é a partir de quando? Ninguém sabe. Sr. Presidente, é para cobrar em nome dos funcionários e funcionárias da Assembléia Legislativa, que estão esperando há muito tempo esse aumento, em nome de todos os servidores e servidoras do Governo do Estado do Paraná inclusive das fundações e das universidades. Estamos fazendo mais um apelo, para que o Governo comunique e anuncie, afinal, quando é que vai vigorar esse aumento que foi dado, que na verdade é um aumento que não é aumento, que não tem data para vigorar.

Aliás, o erro foi da própria Assembléia Legislativa. Não conheço na história do Brasil uma Casa de Leis que vota um projeto que dá um aumento, mas não diz a partir de quando. Talvez, não caberia nem ter aprovado esse projeto de reajuste salarial. Que o Governo fixe com urgência a data desse aumento salarial, porque esse aumento que não será muito, vem em socorro a essa laboriosa classe do funcionalismo, que vive com a corda no pescoço, pendurado, endividado, alguns sacando cheque especial, outros com agiota, outros tomando remédio para dormir, porque estão endividados até o pescoço.

Por último, Sr. Presidente, lamentar o que estão fazendo com os servidores e servidoras da área da saúde do Paraná, que daqui a pouco não terão nem mais sola de sapato, de tanto vai e volta aqui, e o problema deles continua sem solução. Até quanto vai perdurar essa situação de total desrespeito do Sr. Secretário da Saúde com um setor tão fundamental e que trabalha com tanto amor, com tanto respeito, com tanto carinho e com tanta dedicação, zelando pela saúde do povo, trabalhando no sentido de preservar e salvar vidas. O pessoal do SindSaúde merece respeito e por essa razão é que estamos mais uma vez aqui pedindo ao Governo do Paraná que resolva de uma vez, mas resolva de uma maneira satisfatória a atender essa reivindicação, que é mais do que justa, da jornada de trabalho de 30 horas e não de 40.

É esse o apelo, Sr. Presidente, e em nome da humanidade e do respeito a esta laboriosa classe é que fazemos o apelo para que o Governo atenda o pessoal do SindSaúde.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

No Horário do Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, antes de começar o meu pronunciamento quero fazer uma indagação à Mesa e V. Exa., assim que tiver a informação, pode interromper o meu discurso, porque essa informação interessa não só aos Parlamentares, mas à sociedade paranaense. Consulte para que dia está marcada a prestação de contas da Secre-

taria da Fazenda em relação ao 1º quadrimestre deste exercício.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está marcado para o dia 28, só faltando o Presidente Nelson Justus confirmar, mas por parte do Secretário já está definida a data.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Obrigado pela resposta, Sr. Presidente!

Quero agora fazer um convite ao pessoal da saúde, que por várias vezes estiveram aqui nesta Casa e também a outros tantos manifestantes que aqui estiveram pedindo os seus direitos, porque não vou fazer a mesma proposta que fez o Deputado Valdir Rossoni de entrar de joelhos nesta Casa, mas posso afirmar com todas as letras que a escusa para não implantar as 20 horas será pela multa dos 10 milhões que a Secretaria do Tesouro Nacional está retendo. De agora em diante vai virar moda no estado do Paraná e tudo aquilo que não se conseguir atingir ou realizar, é por culpa dos 10 milhões, mesmo que o nosso orçamento preveja uma arrecadação de ICMS na casa de 800 milhões por mês. Quer dizer, esses 10 milhões estão fazendo a diferença.

Mas, quero deixar bem claro aqui e sei que não está presente o Líder do Governo, mas está aqui o Líder do PMDB, que a Lei de Responsabilidade Fiscal ainda não foi revogada. Parece-me que existe uma mobilização e deixamos uma pergunta na primeira prestação de contas deste ano em relação ao último quadrimestre do ano passado, em que eu indagava da engenharia conceitual que foi feita para fechar a prestação de contas e naquela ocasião lançaram quase 200 milhões de dinheiro fictício, que é esse dinheiro dessa multa que não tinha vindo ainda para o Paraná, o que permitiu deixar restos a pagar e permitiu fazer com que o orçamento deste ano esteja furado em relação ao transporte escolar e em relação a tantas outras coisas.

Mas, quero deixar aqui um breve lembrete do artigo 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que diz: A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de crédito nas instâncias administrativas e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuição. E já adianto a resposta: não tem nenhuma ação de fiscalização e de recuperação, isso porque o orçamento deste ano está se realizando de acordo como foi previsto na Lei Orçamentária do ano passado. Portanto, o furo que existe no orçamento deste ano é em relação às dívidas do ano passado que, face à maquiagem de prestação de contas, foram pagas com o dinheiro arrecadado este ano. E aqui eu volto àquela pergunta que eu deixei na última prestação de contas: com base em quê contabilizaram como dinheiro em caixa esses créditos que estão lá? Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa?

Temos vários Deputados de Oposição, tanto daqui, como da Câmara Federal, eu, inclusive, o que eu puder fazer para que o Governo recupere esses 10 milhões, estarei disposto, porque é dinheiro do Paraná que está retido. E outra coisa é a prestação de contas, é a responsabilidade fiscal, que as autoridades, e a primeira autoridade que assina a gestão fiscal é o Governador do Estado, portanto, a improbidade administrativa, que é prevista pela Lei de Responsabilidade Fiscal para quem não a cumpre, acarreta primeiramente o Governador.

Então, Sr. Presidente, quero deixar bem claro que estarei aqui no dia 28 e quero fazer o convite ao pessoal da saúde e também vou convidar todos aqueles que estão esperando o aumento, porque não são 10 milhões que estão impactando no orçamento deste ano, são 180 milhões que não existiam em caixa e que foram contabilizados como dinheiro em caixa. E por terem sido contabilizados, justificaram os pagamentos de restos a pagar do ano passado com o dinheiro deste ano e, portanto, fura orçamento deste ano.

Então, era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, nossos visitantes, a imprensa aqui presente que eu também convido. Ontem um Senador do PMDB disse que a imprensa não é 4º poder no estado brasileiro. A imprensa tem sido muitas vezes o melhor poder de fiscalização, inclusive, de nós mesmos, do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo. Então, acho que a imprensa tem um grande papel a cumprir, tanto no estado do Paraná, quanto no nosso país, até mesmo por quem devia, de direito, fiscalizar e muitas vezes não fiscaliza.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Bloco PPS/PMN. Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O nosso papel, enquanto Deputados, um deles é fiscalizar o Poder Executivo. O outro é propor leis e projetos que possam melhorar a qualidade de vida da população. Eu trabalhei um bom tempo dentro do SEBRAE do Paraná e lá eu pude perceber que muitas pessoas, a grande maioria delas, têm um sonho. Um sonho de crescer na vida, se desenvolver profissionalmente, pode ser um sonho por uma boa profissão. Aí, a pessoa estuda, se dedica e consegue lá a sua boa profissão, seja ela qual for. E tem muitas pessoas que também têm o sonho de ter o seu próprio negócio, seja ele pequeno ou grande. E nesse sonho do pequeno negócio, as pessoas se dedicam a escolher uma atividade que possa trazer sustento à sua família, elas se dedicam a escolher uma idéia que possa atender a comunidade. Como o nosso papel é propor leis, um deles, estou propondo um projeto de lei e quero pedir

apoio a todos os Deputados desta Casa, para que este projeto seja aprovado. Ele dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição estadual dos estabelecimentos que comercializarem produtos oriundos de cargas roubadas.

Então, como eu disse, as pessoas que começam um pequeno negócio, têm o sonho de vencer, todo mundo começa pequenininho, participa de alguns cursos, alguém já tem a profissão, e instala a sua empresa, legalmente, através dos requisitos da lei para começar a desenvolver a sua atividade, seja industrial, seja comercial ou seja na prestação de serviço.

Ocorre que tenho recebido algumas denúncias de empresas já instaladas que acabam comercializando produtos oriundos de cargas roubadas e com isto elas dificultam o andamento daquelas que querem começar a se instalar ou daquelas que já estão instaladas e que estão fazendo as coisas dentro da lei.

Então, este nosso projeto é para que o governo casse a eficácia da inscrição estadual dos estabelecimentos que comercializarem produtos oriundos de cargas roubadas. Com isto, acredito que vamos estar moralizando, organizando o estado do Paraná e dando oportunidade àqueles que querem começar um negócio próprio que seja sério, que seja dentro da lei e mais, aqueles que já estão trabalhando sério, dentro da lei, gerando empregos.

Era este o nosso pronunciamento. Agradecemos a oportunidade e pedimos o apoio de todos os Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Liderança da Oposição. Liderança do Governo.

(Declinam)

Encerrado o Horário das Lideranças.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 170/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, propondo a restauração da ligação rodoviária entre os municípios de Santa Izabel do Ivaí e Douradina. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1772, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 21 de junho (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 068/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - for amparado pela Previdência Social com benefício cujo valor seja superior a 2 salários-mínimos nacionais.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CICT. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instituição dos atrativos e das áreas estaduais de interesse turístico e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **COM EMENDA DA CCJ.**

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda, Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Rosane Ferreira, que cria no Estado do Paraná, Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas Estaduais e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 015/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 015/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e da Deputada Rosane Ferreira, objetiva criar no Estado do Paraná, Programa de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas Estaduais, mediante medidas alternativas para captação e reaproveitamento de água.

Em que pese o elevado alcance do presente projeto na preservação do meio ambiente e no combate ao desperdício de água, entendemos que o artigo 12 do projeto analisado impõe inconstitucionalmente custos aos próprios públicos, bem como estabelece prazo incompatível com a possibilidade.

Face ao exposto, somos de parecer favorável ao trâmite do presente projeto de lei, desde que suprimindo o mencionado artigo 12.

Sala das Comissões, em 09.05.07.

(aa) NEREU MOURA - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 015/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo a

implantação de programa visando o uso racional da água por parte dos prédios públicos do estado do Paraná.

Aos 9 de maio do ano corrente, tal projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, passando então a esta comissão para que, de acordo com as atribuições regimentais, se manifeste acerca de sua viabilidade

Assim sendo, em não havendo nenhum óbice quanto ao mérito da proposição em tela, esta comissão se manifesta exarando parecer favorável ao projeto em questão.

Sala das Comissões, em 17.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso de imóvel ao município de Irati. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 319/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas tem como objetivo a autorização para cessão de uso de imóvel situado no município de Irati, para funcionamento de secretarias e órgãos municipais, Telecentro "Inclusão Digital", além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade.

Constitucionalidade e Legalidade

É necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem destino município do estado do Paraná, membro da administração pública interna, portanto, resta clara a constitucionalidade do projeto de lei em tela.

Quanto à técnica legislativa, não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto apresentado, esta comissão opina pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 319/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 319/07 de autoria do Deputado Felipe Lucas, autoriza o Poder Executivo do Estado do Paraná, a ceder imóvel de sua propriedade, à Prefeitura de Irati, para acomodar instalações e funcionamento de secretarias e órgãos municipais, além de atividades sócio-educacionais.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Parecer

Em razão do exposto, estando preenchido todos os requisitos, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 045/07, de 10/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 346/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin tem como objetivo a autorização para doação de imóvel ao município de Itapejara d'Oeste, para funcionamento de organização da agricultura familiar.

Fundamentação

É necessária a aprovação da Assembleia Legislativa, da iniciativa acerca de tal matéria, de acordo com o que preceitua a Constituição Estadual Paranaense:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e medi-

ante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado, dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.

Tendo em vista que a cessão tem como destino um município do estado do Paraná, resta clara a constitucionalidade da iniciativa do projeto em questão. Quanto à técnica legislativa, o projeto em questão não apresenta nenhum óbice frente a Lei Complementar nº 095/98.

Ainda, cabe ressaltar quem, de acordo com o seu registro, o imóvel em questão pertence ao Banco do Estado do Paraná, para o qual foi doado com a finalidade de ser o local de funcionamento de uma de suas agências. Ocorre que após o Banco do Estado do Paraná ter sido privatizado, o imóvel assumiu um papel diverso do pretendido com a doação e deveria, portanto, retornar a integrar o patrimônio do estado.

Conclusão

Assim, visando o saneamento de dúvidas referentes à propriedade do bem o parecer é pela baixa em diligência para a Secretaria da Fazenda com o objetivo de, através da agência de fomento, esclarecer se o patrimônio é ou não parte incorporada ao patrimônio do estado após a privatização do Banco do Estado do Paraná. Da mesma forma, baixar em diligência para a Secretaria da Administração Pública, com o intuito de esclarecer a qual órgão estadual pertence o imóvel em questão, ou seja, quem o administra atualmente.

Sanadas as dúvidas com as diligências e, confirmada a propriedade do imóvel ao estado, o parecer é favorável ao trâmite regimental do presente projeto de lei, com a apresentação da emenda em anexo, com o objetivo de adequar a finalidade do objeto constante no artigo 1º.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 346/07

Art. 1º Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura Municipal de Itapejara d'Oeste, para funcionamento de organizações populares, de assistência social, sem fins lucrativos, com objetivo ainda de gerar emprego, renda, qualidade de vida, desenvolvimento humano, social, de forma sustentável, com as seguintes especificações.

Parágrafo Único. Trata-se de imóvel denominado

Lote de Terreno Urbano nº 4 (quatro) com 1.041,20m² (um mil e quarenta e um vírgula vinte metros quadrados) e Lote de Terreno Urbano nº 5 (cinco) com 1.047,00m² (um mil e quarenta e sete metros quadrados), ambos da quadra nº 38 (trinta e oito), da Planta Geral da Cidade de Itapejara d'Oeste matriculado sob o nº 889 e sob o nº 891 respectivamente. Registrados no Cartório de Registro de Imóveis, 1º Ofício da Comarca de Pato Branco - estado do Paraná. O referido imóvel possui um prédio de alvenaria, destinado a agência do Banco Itaú.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado, exclusivamente, para acomodar as instalações e funcionamento das organizações municipais que atendam as especificações do parágrafo único do artigo 1º, com sede no município de Itapejara d'Oeste, revertendo a posse ao estado do Paraná, caso o fim não seja esse.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara para funcionamento de organizações da agricultura familiar e entendemos que a doação é legal, mas devemos ampliar os beneficiários e focar a geração de emprego, renda, qualidade de vida, desenvolvimento social, humano, de forma sustentável, existente naquele município.

De autoria da nobre Deputada Luciana Rafagnin, o projeto é prudente e necessário, uma vez que atualmente aquele imóvel está desocupado e a não ocupação trará prejuízos ao bem público. Destinar esse imóvel para a administração pública municipal, para que esta ceda às organizações populares locais e inteligente, mas apresento um substitutivo somente para ampliar ainda mais os benefícios do objeto da doação.

O referido imóvel fora objeto de doação do estado do Paraná, no ano de 1975, ao Banco do Estado do Paraná S/A, entretanto consta na escritura de doação, a cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, ou seja, quando da privatização do BANESTADO, por força desta cláusula, o imóvel em questão não pode ser repassado ao patrimônio do Banco Itaú, muito embora este banco privado tenha usufruído desta agência até o mês de abril do corrente ano, quando resolvera encerrar suas atividades naquela cidade.

Diante disso, somos pelo parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei, com a apresentação da presente emenda substitutiva.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 346/07

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 346/07 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, autoriza o Poder Executivo do Estado

do Paraná, a doar imóvel de sua propriedade, à Prefeitura de Itapejara d'Oeste, para acomodar instalações e funcionamento das organizações da agricultura familiar.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma.

Parecer

Em razão do exposto, estando preenchidos todos os requisitos, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 17.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder a cessão de uso à APAE de Foz do Iguaçu, do imóvel sito na Av. Paraná, 1536, localizado no município de Foz do Iguaçu. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 049/07, de 16/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 360/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 360/07 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, tem por escopo a autorização para cessão de uso a APAE de Foz do Iguaçu, o imóvel situado naquele município, matriculado sob nº 18391 junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

Fundamentação - Legitimidade

Para que este objetivo seja atingido é necessária a iniciativa legislativa por parte da Assembléia Legislativa, de acordo com o que estipula o artigo 10 da Constituição Estadual, vejamos:

Art. 10. Os bens imóveis do estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do estado, dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

Já em observância ao Estatuto de Federação Nacional das APAEs, em seu artigo 2º, tal entidade é uma associação civil, filantrópica e sem fins lucrativos, veja-mos:

Art. 2º A Federação Nacional das APAEs é uma associação civil, filantrópica, de caráter educacional,

Levanta-se a Sessão.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 069

64ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	19
Presenças.....	19
Abertura da Sessão	19
Expediente:	
Designações.....	19

Requerimentos	20
---------------------	----

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente.....	20
----------------------------	----

Discussão/Votação

1ª Discussão	20
--------------------	----

Requerimentos	22
---------------------	----

Explicações Pessoais:

Dep. Edgar Bueno.....	22
-----------------------	----

Encerramento da Sessão.....	23
-----------------------------	----

DIÁRIO Nº 069

64ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 64ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às quinze horas e vinte minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duflio Genari, Edgar Bueno, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Edson Strapasson, Elio Rusch e Mamede (03).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Ademar Traiano, Caíto Quintana, Durval Amaral, Elton Welter, Geraldo Cartário, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Plauto Miró, Ribas Carli Filho e Valdir Rossoni (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária, antecipada do dia 21 de junho (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº170/06, designa o Sr. Deputado Artagão Júnior para representar esta Casa de Leis na reunião do

Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, com saída prevista para o dia 24 de junho e retorno no dia 26 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 1773

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, no sentido que seja aumentado o efetivo de policiais militares no Batalhão de Apucarana.

Tal pedido, justifica-se pelo fato que houve a diminuição de policiais militares na região, em especial no município de São Pedro do Ivaí, que está com sérios problemas com o aumento de violência e com a falta de segurança.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Prefeito Municipal, Câmara Municipal e ao Pastor Gladiston Passeto Ferreira - Conselho de Segurança, através de correspondência a ser encaminhada a R. Francisco de Mello Sobrinho, 922 - Centro - CEP 86945-000 - São Pedro do Ivaí/PR.

Sala das Sessões, em 20.06.07.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Mesa Executiva constante do expediente, designando o Sr. Deputado Artagão Júnior para representar esta Casa de Leis, na reunião do Parlamento do MERCOSUL, a realizar-se na cidade de Montevideu, República Oriental do Uruguai, com saída prevista para o dia 24 de junho e retorno no dia 26 de junho do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que denomina o viaduto localizado na BR-376, Contorno Sul, de Viaduto Deputado Aníbal Khury. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. Aprovado.** (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 292/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, tem por objetivo dar denominação ao viaduto localizado na BR-376, Contorno Sul, para Viaduto Deputado Aníbal Khury, como forma de reverenciar a pessoa que este Deputado foi para o estado do Paraná.

Legalidade e Legitimidade

Para se denominar o viaduto em questão, precisamos verificar se o viaduto já possui algum nome. Se já possuir, é vedada a sua alteração, como estabelece o artigo 238 da Constituição Estadual:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contêm nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao estado ou ao município.

Analisando todo o exposto, verificamos que é competência da Secretaria de Estado dos Transportes zelar pelo patrimônio público relativamente às estradas, portanto é responsabilidade dela verificar se há ou não denominação ao viaduto referido. Uma vez que a Secretaria de Estado dos Transportes respondeu a diligência encaminhada informando a inexistência de denominação ao viaduto em questão, não encontramos nenhum óbice pela aprovação do presente projeto.

Conclusão

Assim, uma vez que o viaduto em questão ainda não possui denominação, o presente projeto é revestido de constitucionalidade e opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 292/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, visa homenagear um dos mais ilustres Deputados, que em vida muito contribuiu com o crescimento e desenvolvimento do Paraná, denominando Viaduto Deputado Aníbal Khury, localizado na BR-376, Contorno Sul.

Analizada a matéria e acompanhando o parecer da Comissão de Constituição e Justiça quanto à legalidade e constitucionalidade, e encontrando-se o projeto de lei de acordo com a técnica legislativa, oferecemos parecer favorável, recomendando a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 17.06.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, que declara de utilidade pública a Associação das Modistas de Curitiba e Região Metropolitana - AMCeRM, com sede e foro no município de Curitiba/PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 053/07, de 23/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 387/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, declara de utilidade pública a Associação das Modistas de Curitiba e região Metropolitana, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Filantrópica Verde com sede e foro na cidade de Sapopema. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado.**

(Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 395/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Professor Luizão, declara de utilidade pública a Associação Filantrópica Verde, com sede e foro na cidade de Sapopema.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao citar “revogando as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: “Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 395/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 413/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de utilidade pública a Casa de Apoio Belém, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor "revogadas as disposições em contrário", fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 413/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação."

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a Casa de Apoio Belém, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 062/07, de 11/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 426/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Casa de

Apoio Belém, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 1773, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Edgar Bueno, inscrito.

Deputado Edgar Bueno (PDT)

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, na verdade, quero fazer o registro de um acontecimento lamentável, de Toledo e Cascavel no último sábado.

O corpo de um rapaz é necropsiado somente 9 horas após a morte. Sr. Presidente, único filho, 18 anos, estudante do 2º ano de Farmácia. Morre num acidente e o pai e mãe saem de Quatro Pontes, levam para Toledo. Toledo em greve, não atende, recusa fazer a necropsia do corpo desse rapaz de 18 anos. Vai para Cascavel. Cascavel também se recusa a atender, dizendo que não tem estrutura, falta gente. O que falta na verdade, Sr. Presidente, é respeito com um pai que vê o seu único filho, ali, dentro do carro, na frente do IML, na frente da delegacia e sem receber o atendimento necessário.

Sr. Presidente, temos que lamentar. Fiz uma interferência pessoal quando queriam mandar o corpo novamente para Toledo e eu falei que o corpo não sairia mais dali. Ou Cascavel iria atender ou o corpo ficaria até que a situação fosse resolvida.

Quero lamentar e dizer que precisamos de mais atenção, precisamos que o Governo dê atenção, respeito, porque é uma situação emocional. Esse pai tinha 1 filho, mas mesmo que tivesse mais, esse pai tinha que ser atendido. Eu me pergunto, Pugliesi, qual é a razão? Toledo alegou que estava em greve e Cascavel não atendia porque dizia que era da região de Toledo, quem tinha que se virar era Toledo.

É uma situação muito difícil. Como é que um pai de família, como é que um cidadão pode agir diante de tamanho descaso, diante de tamanho desrespeito, diante de uma situação que é de lamentar, é de chorar, é de derramar lágrimas, quando se vê um pai e uma mãe com o corpo do filho 9 horas na frente do IML esperando o atendimento e, infelizmente, isso não acontecia. Só aconteceu depois da interferência política, da pressão, a imprensa, aí que aconteceu o atendimento.

Queria deixar esse fato aqui, registrado para que as autoridades que têm essa responsabilidade com esse atendimento possam ouvir o clamor da população, o desrespeito, e colocar mais estrutura para atender a nossa população.

Segundo assunto, Sr. Presidente, a APAE de Cascavel está vivendo uma situação calamitosa. Sem recursos, com um número extraordinário de alunos, a Prefeitura de Cascavel tirou todos os recursos da APAE. Mas, o Senador Osmar Dias, através de uma emenda sua, transferiu para Cascavel R\$ 100 mil, para a compra de um ônibus para atender a APAE. O Prefeito desviou a função desse dinheiro e acabou investindo em outra obra. A APAE ficou sem o ônibus e o Prefeito não repassa esses R\$ 100 mil, que é de direito da APAE, emenda do Senador Osmar Dias.

A Prefeitura que sempre deu atendimento em todas as gestões anteriores, deu atendimento a APAE, emprestando, cedendo funcionários, cedendo ônibus, combustível, atendendo através da Secretaria da Educação, da Secretaria da Saúde e, infelizmente, isso não acontece mais. A direção da APAE está em desespero, porque ela tem aquelas crianças, algumas carentes, outras não, mas que precisam ser atendidos. A direção vê as suas condições falimentares, sem a mínima chance de buscar recursos para resolver o problema da APAE de Cascavel.

Eles estão fazendo algumas promoções, alguns jantares. Queria fazer esse registro da falta de sensibilidade do Prefeito. Parece que ele não é humano, parece que não tem sentimento. Um homem frio, duro e calculista, que tirou os recursos de uma escola tão respeitada, não só de Cascavel, mas respeitada em todo o Paraná.

Quero fazer esse apelo para que o Prefeito se sensibilize, e que comece a partir desse momento fazer um atendimento merecido pela APAE.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Esta presidência vê em V. Exa. Deputado Edgar Bueno, o espírito público e lamenta os 2 episódios, tanto do IML, como da APAE.

Isso é uma demonstração que o político às vezes não está presente na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado e no domingo, na madrugada, mas está presente resolvendo problemas do nosso povo do interior. Só nós políticos sabemos como somos sensíveis pela causa do nosso povo tão discriminado e muitas vezes muito abandonado pelas autoridades, não só pela prefeitura, mas pelos órgãos do Governo em manifestações de greve que levam o IML a recusar um corpo numa hora tão difícil para uma família.

Parabéns a V. Exa. pela sua sensibilidade.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 015, 292, 319, 346, 360, 387, 395, 406, 413 e 426/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 314, 380 e 405/07.

Levanta-se a Sessão.

